

## Memória Compartilhada: Feminismo e práticas de História Pública na Era Digital

*Alcione Aparecida da SILVA<sup>1</sup>*  
*Eulália Maria Aparecida de MORAES<sup>2</sup>*

**Resumo:** O presente estudo explora a interação entre o feminismo e a construção da memória histórica em um contexto digital. Assim, o objetivo da pesquisa é investigar como a era digital está moldando a memória compartilhada e o papel das práticas feministas na reescrita da história pública. Sob esse viés, foi possível observar que historicamente se desenha quatro ondas do feminismo: da luta pelos direitos civis até a ascensão do ativismo virtual. Contudo, os resultados indicam que a periodização do feminismo em ondas, embora útil, é criticada por simplificar a complexidade e continuidade do movimento, especialmente em contextos não ocidentais. O estudo evidenciou como o digital reconfigurou os espaços de memória, possibilitando o resgate e a disseminação das histórias femininas, especialmente através de iniciativas online e redes sociais – apontadas como veículos que publicitam as histórias femininas. A pesquisa conclui que a memória compartilhada e as práticas feministas são fundamentais para uma história pública mais inclusiva e representativa, promovendo um ambiente em que as contribuições femininas sejam devidamente reconhecidas e celebradas, embora ainda haja um vasto caminho a percorrer.

**Palavras-chave:** Feminismo; Memória Compartilhada; História Pública; Era Digital.

---

<sup>1</sup> Mestra em História Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal. Ribeirão do Pinhal. PR. Brasil. ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-8664-5189>  
E-mail: [alcionesilva2327@gmail.com](mailto:alcionesilva2327@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em História Social pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Geografia em "Análise Regional" pela Universidade Estadual de Maringá. Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá. UNESPAR. Paranaíba. PR. Brasil. ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-5885-1022>  
E-mail: [eulaliamorae@hotmail.com](mailto:eulaliamorae@hotmail.com)

## Shared Memory: Feminism and Public History practices in the Digital Age

**Abstract:** The present study explores the interaction between feminism and the construction of historical memory in a digital context. Thus, the aim of there search is to investigate how the digital age is shaping shared memory and the role of feminist practices in rewriting public history. From this perspective, it was possible to observe that four waves of feminism have historically emerged: from the fight for civil rights to the rise of virtual activism. However, the results indicate that the periodization of feminism in to waves, although useful, is criticized for simplifying the complexity and continuity of the movement, especially in non-Western contexts. The study highlighted how digital has reconfigured memory spaces, enabling the rescue and dissemination of women's stories, especially through online initiatives and social networks – identified as vehicles that publicize women's stories. The research concludes that shared memory and feminist practices are fundamental to a more inclusive and representative public history, promoting an environment in which female contributions are duly recognized and celebrated, although there is still a vast way to go.

**Keywords:** Feminism; Shared Memory; Public History; Digital age.

## Introdução

Ao longo da história, as mulheres foram frequentemente relegadas às sombras das narrativas oficiais, suas contribuições negligenciadas, suas histórias reprimidas e seus feitos minimizados. No entanto, o panorama contemporâneo testemunha uma mudança significativa, impulsionada pela inserção da memória em um novo paradigma, permitindo não apenas a ressonância dessas vozes, mas também sua amplificação.

Ainda que a sociedade não tenha atingido um estágio de igualdade entre os gêneros, a incorporação da memória ganhou um novo significado, o exemplo paradigmático é o Dia Internacional da Mulher, cujas raízes remontam ao II Congresso Internacional das Mulheres Socialistas em 1910, proposto por Clara Zetkin (Blay, 2001). Este dia, celebrado globalmente, transcende uma mera data no calendário; é um ponto de convergência para protestos, manifestações e reivindicações, perpetuando a memória dos feitos históricos femininos e consolidando laços de solidariedade.

A memória desempenha um papel de grande importância, visto que sensibiliza sobre o passado, e molda identidades coletivas. Assim, no contexto dos movimentos sociais, o feminismo de forma particular, amplia a discussão em torno da memória, da noção de pertencimento e assistimos a valorização de experiências e conhecimentos outrora marginalizados. O desafio está em resgatar e dar voz às experiências silenciadas, possibilitando uma reconexão com a dimensão histórica a partir de discursos não hegemônicos, coletivos e participativos (Bruni, 2006).

Neste estudo buscou-se explorar a interseção entre feminismo e memória compartilhada, lançando luz sobre as ondas do feminismo e as formas como a memória reprimida se manifesta. Por conveniência didática, delineamos as quatro distintas fases do feminismo vigentes na contemporaneidade: a primeira onda aludiu mais especificamente os direitos civis, englobando questões como o sufrágio (voto), acesso à educação e reformas matrimoniais; a segunda onda concentra-se primariamente nos direitos reprodutivos, críticas ao patriarcado e pautas antirracismo; a terceira onda está intrinsecamente vinculada ao pós-estruturalismo, questionando construções sociais de gênero e abraçando a interseccionalidade; por fim, a quarta onda tem suas origens na disseminação do movimento por meio das plataformas das redes sociais. Acerca desta última etapa, seu desenvolvimento ainda se encontra numa fase inicial e,

consequentemente, nossa abordagem foi limitada dada a incipiência da literatura acadêmica que a sustenta até o momento. Adicionalmente, foi realizada uma análise crítica frente a conjuntura da periodização do feminismo em ondas, à luz de alguns marcos históricos, sendo esta uma abordagem mais diversa.

O advento da era digital reconfigurou os espaços de memória e gerou novas possibilidades para a história pública. A análise desses aspectos permitiu a compreensão do papel das redes sociais e do ambiente digital como espaços de construção, preservação e disseminação da memória feminina, bem como sua interação com a História Pública.

Ao abordar tais temáticas, buscou-se não apenas registrar eventos históricos, mas também contribuir ativamente para evitar o esquecimento e a invisibilidade das narrativas não hegemônicas, ou seja, representa um convite para a construção de novos espaços públicos, onde as experiências vividas e compartilhadas possam ganhar destaque, desafiando a historiografia oficial<sup>3</sup> e enriquecendo a compreensão do presente por meio do resgate do passado.

### **Feminismo e Memória Compartilhada**

Os movimentos feministas, que advogam pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres, tiveram sua origem na Europa Ocidental, visando desafiar a condição particular de subjugação e subordinação das mulheres pelos homens (Guimarães, 2005). Louro (1997) aponta que, no início desses movimentos, o foco primordial das feministas era tornar evidente a presença daquelas mulheres que foram historicamente invisibilizadas devido à segregação social e política; ao qual envolvia denunciar a exclusão destas nos âmbitos político, científico, literário e artístico.

Bairros (1995) considera o feminismo como uma ferramenta conceitual que possibilita compreender a formação de gênero como uma fonte de poder e hierarquia, afetando de maneira mais adversa as mulheres. Ele o descreve como uma perspectiva que permite analisar criticamente as distintas vivências das mulheres, funcionando como uma lente para compreender tais experiências.

---

<sup>3</sup> Refere-se as narrativas históricas dominantes que frequentemente excluem ou minimizam as contribuições de grupos marginalizados, como as mulheres.

De acordo com Duarte (2003), o Feminismo abrange um sentido mais extenso, sendo descrito como qualquer ação ou manifestação que se oponha à opressão e discriminação das mulheres, ou que busque a expansão dos direitos civis e políticos, seja de forma individual ou coletiva. Essa visão do feminismo é compartilhada por Cruz (2017) ao qual salienta que este consiste em um movimento de resistência voltado à criação de justiça social para as mulheres, ou seja, o feminismo demanda transformações nas estruturas sociais, visando rejeitar as manifestações de domínio. De acordo com Silva; Carmo; Ramos (2021) o presente movimento passou por diversos momentos ao longo do decurso histórico, intitulados como “ondas”, sendo subdivididas, assim, em: primeira, segunda, terceira e quarta onda do feminismo.

### **Primeira Onda do Feminismo**

A primeira onda do feminismo, que emerge na virada do século XIX para o XX, principalmente nos Estados Unidos e em países da Europa, como Reino Unido e França, foi marcada pela luta das mulheres por igualdade e direitos fundamentais, principalmente nos Estados Unidos e Europa. Em um contexto dominado por homens brancos e proprietários, as mulheres eram excluídas das decisões políticas e exploradas no trabalho. Esse cenário impulsionou a mobilização feminista, que se manifestou por meio de associações, greves e debates sobre temas como autodeterminação sexual, educação e reforma do direito matrimonial (Rovai, 2021; Monteiro, 2021; Narvaz; Koller, 2006; Siqueira; Bussinguer, 2020).

Neste contexto histórico no Brasil, Berta Lutz (1894-1976), reconhecida como bióloga e notória figura no movimento feminista, desempenhou papel fundamental na conquista do sufrágio universal em 1932, ao liderar abaixo-assinados e participar de manifestações em conjunto com outras mulheres engajadas; as sufragistas defendiam a igualdade entre homens e mulheres, pleiteando oportunidades iguais no trabalho, estudo e participação na esfera pública. Algumas críticas apontam que essas pautas priorizavam mulheres brancas de classe média, abordando questões de inclusão formal sem adentrar profundamente na estrutura patriarcal. Mesmo limitado em conquistas formais, esse movimento teve um impacto considerável na estrutura de poder patriarcal ao ocupar espaços públicos e gerar mudanças. Entretanto, ideologias nazistas e fascistas deste

período buscaram reforçar papéis sociais de gênero e influenciaram o retorno das mulheres ao espaço doméstico, promovendo uma cultura de submissão feminina. Esses movimentos feministas, nascidos das lutas coletivas contra o sexismo e a subordinação, têm questionado valores culturais, reconhecendo a cultura como dinâmica e passível de mudanças mediante eventos históricos e contratos culturais conflituosos. (Pinto, 2003; Siqueira; Bussinguer, 2020; Narvaz; Koller, 2006).

### **Segunda Onda do Feminismo**

Nos anos seguintes a primeira metade do século XX, os movimentos feministas passaram por um declínio, mas ressurgiram com força na década de 1960, marcada pela segunda onda do feminismo. Após a Segunda Guerra Mundial, apesar dos avanços como o voto feminino e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as pressões sociais tentaram reverter as conquistas, mantendo o controle majoritário masculino nas esferas decisórias. Salienta-se que a obra "O Segundo Sexo" de Simone de Beauvoir, com a célebre frase "não se nasce mulher, se torna mulher," foi de grande importância para as discussões feministas da época e continua influente no cenário contemporâneo (Santos, 2016; Pinto, 2003).

Movimentos feministas eclodiram globalmente entre as décadas de 1970 e 1980, abordando questões variadas, como antirracismo, valorização do trabalho doméstico, direitos reprodutivos e críticas ao patriarcado. Segundo Silva (2018) neste período, o feminismo da "segunda onda" destacou-se pelo ativismo das mulheres negras, liderando a luta por direitos iguais, com figuras como Ângela Davis. Desta forma, a interseccionalidade surgiu nesse contexto, trazendo a compreensão de como as opressões de gênero, raça e exploração econômica se interconectam, moldando uma visão democrática mais inclusiva e participativa.

No Brasil, esse período foi marcado por conflitos políticos e o início da ditadura militar, período no qual as mulheres se tornaram militantes ativas contra a repressão e censura. Com o fim da ditadura, a luta pelos direitos femininos voltou a ganhar destaque, culminando com a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM) e do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), impulsionando a campanha para a inclusão dos direitos das mulheres na Constituição de 1988. O avanço

teórico-acadêmico dessa época influenciou a ciência, promovendo uma abordagem feminista que questionava e transformava a forma como o conhecimento era produzido, defendendo uma epistemologia feminista crítica em contraposição às perspectivas tradicionalmente masculinas (Pinto, 2010).

As ativistas femininas da segunda onda tinham uma visão clara das conexões entre desigualdades culturais e políticas. Utilizando a memória compartilhada como ferramenta, incentivavam as pessoas a refletir sobre suas histórias pessoais, conectando-as à estrutura de poder sexista. Pois “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (Halbwachs, 2013, p. 30).

### **Terceira onda do Feminismo**

A terceira onda do feminismo, emergente nos anos 1990, foi moldada por eventos geopolíticos e avanços tecnológicos e se baseou no pós-estruturalismo. Essa fase rejeita significados fixos, enfatizando a análise das performances sociais individuais e coletivas e desafiando noções tradicionais de gênero e biologia como construções sociais. Figuras como Judith Butler com a Teoria Queer e Donna Haraway com o Manifesto Ciborgue, redefiniram o gênero como uma performance, enquanto Joan Scott abordou o gênero como uma construção cultural hierarquizada. A interseccionalidade, iniciada na segunda onda e promovida por Kimberlé Williams Crenshaw, destacou como raça, classe, sexualidade e identidade de gênero se entrelaçam, exacerbando as barreiras para a igualdade, especialmente para mulheres negras (Perez; Ricoldi, 2019; Castro, 2020).

Torna-se claro o valor de aprender sobre a vida e apreender a luta das mulheres do passado como uma forma de legitimar e reconhecer a estrutura patriarcal em que nos encontramos, destacando a memória compartilhada como uma ferramenta essencial no avanço dos direitos. Benjamin (1994), ao discutir o conceito de história, ressalta a importância de narrar experiências e aponta que o historicismo tende a culminar na "história universal", favorecendo a narrativa dos vencedores e deixando de lado a memória dos excluídos, especialmente das mulheres. Esse apagamento da memória

coletiva feminina contribui para a ausência de fontes históricas sobre suas vidas singulares (Perrot, 2012), essa lacuna evidencia a necessidade de uma história e memória que reconheçam e valorizem as experiências das mulheres, escapando dos estereótipos de gênero impostos.

### **Quarta onda do Feminismo**

A emergência da quarta onda do feminismo – embora não haja um consenso sobre a existência da mesma –, a partir de 2010, é marcada pela ascensão do ativismo virtual, conhecido como ciberativismo, ampliando a diversidade de correntes feministas. O ciberfeminismo, centrado na mobilização online, utiliza plataformas como redes sociais, blogs e sites para disseminar ideias feministas, promovendo um novo espaço de expressão e *empowerment* feminino; facilitando a mobilização política, organizando manifestações e promovendo ações por meio das redes sociais, fortalecendo a voz das mulheres (Perez; Ricoldi, 2019; Castro, 2020).

É possível salientar que “diferentemente das ondas que a antecederam, a proposta mais ousada de uma quarta onda do feminismo [...] é reconhecida pela incorporação dos diversos feminismos de correntes horizontais, como o negro, lésbico e o masculino e os LGBT” (Silva; Pedro, 2016, p. 194). A atuação dos coletivos femininos na quarta onda se diferencia das organizações tradicionais, sendo grupos mais fluidos que se reúnem via redes sociais para discutir e definir suas pautas, compostos muitas vezes por acadêmicos, promovem debates sobre questões de gênero, raça e sexualidade dentro do ambiente universitário e a implementação de políticas de cotas raciais na educação superior contribui para uma maior diversidade nesses espaços de discussão (Perez; Ricoldi, 2019).

A batalha pela memória e pela visibilidade torna-se premente na atualidade, especialmente no contexto brasileiro, onde uma onda conservadora em ascensão tenta apagar a memória da resistência política e uma leitura crítica da história. Conforme apontado por Assmann (2011) é de grande relevância, neste cenário, discernir o que será preservado e o que será descartado, uma vez que anteriormente, até mesmo os resquícios do passado eram uma fonte cultural reveladora dos costumes de um povo. Na

Era das mídias digitais a fronteira entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido torna-se cada vez mais tênue.

Ao finalizar a exposição dos conceitos e marcos principais das ondas do feminismo, torna-se pertinente problematizar as limitações dessa divisão temporal, haja vista que enquanto a categorização em ondas oferece uma organização cronológica útil para visualizar as conquistas e os desafios enfrentados pelo movimento feminista ao longo dos anos, tal modelo não escapa de críticas.

### **Marcos Históricos do Feminismo e suas Críticas: Reflexões sobre as Ondas e a Construção da Memória a ser Compartilhada**

A demarcação do feminismo em ondas, tal como supramencionado, oferece uma estrutura cronológica para compreender a evolução do movimento, mas também carrega consigo desafios interpretativos e limitações que precisam ser examinados. Diversas teóricas contemporâneas, como Alves (2020) e Hemmings (2009), propõem uma revisão crítica dessa categorização, argumentando que ela simplifica a complexidade e a diversidade dos feminismos, especialmente em contextos não ocidentais, como o brasileiro.

Partindo dessa premissa, Alves (2020) oferece uma crítica a tradicional divisão do feminismo em “ondas” ao argumentar que essa periodização não dá conta da complexidade e da continuidade dos movimentos feministas no Brasil. A autora propõe que deve ser realizada uma abordagem mais fluida e interligada, rejeitando a ideia de rupturas drásticas entre as chamadas ondas, enfatizando a importância de reconhecer as contribuições feministas que ocorreram entre essas fases.

A crítica perante a tradicional narrativa das "ondas do feminismo" também é corroborada por Hemmings (2009) argumentando que a presente abordagem simplifica a história complexa dos feminismos ocidentais e fixa autoras e perspectivas em décadas específicas, muitas vezes de forma estereotipada e desconectada do contexto histórico em que surgiram. Dessa forma, observa-se que a autora desafia a linearidade e a categorização rígida das ondas, sugerindo que elas falham em capturar a riqueza e a diversidade dos debates feministas.

Alves (2020) critica a tendência de ignorar os movimentos feministas que ocorreram entre as chamadas primeira e segunda ondas, destacando que muitas das ideias associadas a segunda onda já estavam sendo discutidas e desenvolvidas na década de 1940 no Brasil, especialmente por mulheres ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ela aponta em seu estudo alguns marcos históricos significativos, como a fundação do Instituto Feminino de Serviço Construtivo (IFSC) em 1946, a criação do jornal *Momento Feminino* em 1947, e a atuação da Federação de Mulheres do Brasil (FMB) até 1957, para demonstrar a existência de um movimento feminista ativo e relevante que precede a segunda onda.

Segundo Hemmings (2009) a narrativa dominante tende a posicionar as feministas pós-estruturalistas como as primeiras a questionar a categoria "mulher" como sujeito e objeto do conhecimento feminista, desconsiderando que essa discussão já estava presente em movimentos anteriores, analisando como essa narrativa ocidental tende a medir a evolução do feminismo em outras partes do mundo, particularmente no Sul Global, com base nos padrões estabelecidos pelo feminismo europeu e norte-americano, ignorando assim as contribuições locais e contextuais.

De acordo com colocações de Alves (2020), a visão tradicional de ondas feministas obscurece a continuidade e a pluralidade dos movimentos feministas, especialmente aqueles que não se enquadram nas narrativas dominantes influenciadas pelos feminismos europeu e norte-americano, assim, a autora sugere que, ao invés de segmentar o feminismo em ondas estanques, é mais produtivo pensar nele como um movimento contínuo e interligado, que evolui através de diálogos e relações entre diferentes contextos históricos e culturais.

Uma alternativa a tradicional divisão das ondas do feminismo é a proposta de uma visão baseada em "marcos históricos do feminismo", que considera o movimento como um processo contínuo e dinâmico, refletindo suas transformações e adaptações ao longo do tempo, sem recorrer a segmentação simplista em fases ou ondas. Essa perspectiva privilegia a construção de uma memória compartilhada que reconhece as interseções entre raça, classe, gênero e colonialidade, conforme apontado por estudiosas como Françoise Vergès.

Pontua-se que a abordagem dos marcos históricos busca reconhecer eventos e processos que marcaram a evolução do feminismo em diferentes contextos e que continuam a influenciar o movimento até os dias de hoje. Por exemplo, a luta pelo sufrágio feminino no final do século XIX e início do século XX pode ser vista como um marco de grande importância que catalisou o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres, não apenas no Ocidente, mas também inspirando movimentos em colônias e países do Sul global.

Outro marco histórico consiste na emergência do feminismo negro e decolonial, que desafia a hegemonia do feminismo branco, liberal e ocidental, como destacado por Vergès (2020), redefinindo o feminismo, e incorporando a crítica ao colonialismo, ao racismo e ao capitalismo, ao mesmo tempo que reivindica a memória das lutas de mulheres racializadas, cujas experiências e resistências são frequentemente marginalizadas na narrativa dominante do feminismo.

A construção da memória a ser compartilhada, nesse contexto, implica um esforço coletivo para resgatar e valorizar as contribuições de feminismos plurais, especialmente os que surgem fora do eixo hegemônico. Pois trata-se de uma memória celebra vitórias e que também reconhece as continuidades de opressões e resistências, traçando uma linha histórica que conecta as lutas do passado com as do presente, sendo que esse esforço necessário para evitar o apagamento de histórias e experiências que não se encaixam nas "ondas" tradicionais, mas que são igualmente importantes na formação de um movimento feminista global, inclusivo e interseccional.

Nesse sentido, os marcos históricos do feminismo servem como pontos de referência que ajudam a mapear o percurso do movimento ao longo do tempo, enquanto a construção de uma memória compartilhada assegura que essa história seja contada de maneira mais completa e representativa das diversas vozes e experiências que compõem o feminismo em todo o mundo. Diante disso, é imperativo resgatar a história feminina como uma prioridade essencial e usar a memória compartilhada como um campo de disputa, pois ela evidencia distintas experiências sociais por parte dos envolvidos e revela as manifestações coletivas.

### **Memória Reprimida**

Segundo as reflexões de Lerner (2019), as mulheres têm desempenhado um papel fundamental ao longo da história, participando ativamente no trabalho e na construção do mundo: em pé de igualdade com os homens; isto é, sempre colaboraram na consolidação da sociedade e na evolução da civilização. No entanto, apesar dessa contribuição significativa, suas histórias muitas vezes foram negligenciadas, permanecendo à margem das narrativas dominantes centradas nos feitos dos "grandes homens".

O compartilhamento da memória, em um caráter coletivo, foi primariamente conduzido pelos homens, moldando o passado em tradições culturais que servem como vínculo entre as gerações, conectando o ontem ao amanhã. Vale ressaltar que essa tradição oral, expressa por meio de poesia e mitologia, foi enriquecida tanto por vozes masculinas quanto femininas, contudo, o registro histórico como o entendemos hoje emergiu com a introdução da escrita na Antiga Mesopotâmia. Dentro desse contexto, indivíduos em posições de destaque, como sacerdotes e proto-historiadores, assumiram o papel de selecionar os eventos dignos de registro, atribuindo-lhes significados e conceitos. Esse enfoque privilegiado nos feitos masculinos foi consagrado como a História, tida como uma narrativa universal, negligenciando os relatos e interpretações das mulheres sobre os eventos ao seu redor (Lerner, 2019).

A memória é empregada como uma ferramenta essencial para controlar e perpetuar disparidades de poder entre os gêneros, moldando uma narrativa histórica que dita os papéis esperados para cada indivíduo nesse âmbito relacional, estabelecendo para as mulheres um lugar privado, restringido ao lar para cuidar da família e satisfazer o marido, resultando em sua invisibilidade e subordinação. Por outro lado, os homens são direcionados ao espaço público, envolvidos em negócios e intelectualidade, ocupando um papel de visibilidade. Essa construção histórica, edificada ao longo dos tempos, promoveu a supremacia dos interesses masculinos em todas as esferas sociais, onde as noções de comportamento adequado sempre foram definidas pela perspectiva e pelas predileções masculinas, evidenciadas por leis, monumentos, celebrações e documentos, todos instrumentos que serviram para suprimir e diminuir os feitos das mulheres.

A estruturação de um sistema político corroborou para a dominação masculina, mas isso não implicou na submissão passiva das mulheres, que buscaram, em diferentes momentos históricos, fazer ouvir suas vozes e aspirações. Todavia, foi apenas no século XX, por intermédio de mudanças políticas e econômicas significativas, que o modelo de poder patriarcal, por muito tempo arraigado, enfraqueceu, abrindo, assim, portas para que as mulheres ingressassem e participassem ativamente no poder político, econômico e social, alterando assim a percepção e a estrutura do sistema vigente. Houve uma maior visibilidade do papel feminino através de publicações, documentos e ocupação de cargos de poder, apesar de a memória ainda tender a se concentrar nos feitos masculinos, mas não mais reproduzindo uma hegemonia absoluta, visto que as conquistas e ações têm redefinido continuamente a memória das realizações femininas, conferindo-lhes visibilidade e estabelecendo a mulher como sujeito ativo e protagonista de sua própria história (Perrot, 2012; Rago, 1995; Lerner, 2019).

### **O Digital como Espaço de Memória**

Nos anais da história tradicional, os relatos muitas vezes relegaram ao silêncio as diversas contribuições e feitos de personalidades femininas, deixando um hiato na narrativa histórica; assim, essas mulheres, fundamentais para o curso da humanidade, foram invisibilizadas e/ou ocultadas da historiografia convencional. Contudo, o movimento feminista trouxe à tona e colocou em evidência as disparidades entre gêneros, viabilizando, assim, a difusão de uma “história possível”, ou seja

[...] daquilo que ficou oculto pela ideologia patriarcal que nos faz crerem uma diferença sexual hierárquica existente desde o princípio dos tempos. A história do possível é aquela do que aconteceu, deixou vestígios materiais e simbólicos, no entanto foi ignorada, foi considerada impossível (Swain, 2014, p. 613).

Foi neste viés de imaginário androcêntrico que ascendeu as tecnologias, fazendo emergir um novo palco para a construção histórica, fazendo com que as ferramentas do mundo digital se tornassem o epicentro de uma revolução historiográfica, uma plataforma onde as vozes outrora silenciadas encontraram eco. A mobilização de grupos feministas desempenhou um papel crucial nessa transformação, haja vista que, através do ativismo e da conscientização o espaço virtual se tornou um campo de batalha para reivindicar o legado das mulheres na história, logo, o compartilhamento de suas

histórias, suas realizações e sua importância na trama do tempo ganhou, finalmente, destaque.

Desse modo, o contexto digital tornou-se lar de memórias, compartilhando de modo acessível diversos documentos históricos, corroborando para ampliação do entendimento do passado, uma vez que essa evolução tecnológica não apenas possibilita uma consulta ágil e preservação integral dos registros, mas também abre portas para materiais não convencionais, como imagens e vídeos, democratizando o acesso por meio de arquivos, museus e bibliotecas. Este progresso se estende à história das mulheres, refletido em iniciativas de museus e centros de documentação feministas globalmente, visando corrigir lacunas históricas na representação feminina. A exemplo têm-se os Museus como o National Women's History Museum nos Estados Unidos, o Kvinnohistoriskt Museum na Suécia, bem como o Museu Virtual Bertha Lutz e o Museu das mulheres, ambos situados no Brasil, oferecendo vastos recursos digitais para a pesquisa e estudo da história das mulheres, fazendo com que a memória seja compartilhada. Tais esforços não apenas corrigem distorções históricas, mas também abrem caminho para uma compreensão mais completa e inclusiva da narrativa histórica (Oliveira; Gama, 2019).

Outros espaços de memória significativos no ramal virtual/digital são as páginas dedicadas unicamente a compartilhar as memórias de diversas personalidades femininas, tais como: o Portal “Mulher 500 anos atrás dos panos<sup>4</sup>”; o site “Mulheres na História<sup>5</sup>”; o *blog* “O Protagonismo Feminino no Ensino de História<sup>6</sup>” e o site “Vermelho Carmim: Uma História das Mineiras em Luta por seus Direitos<sup>7</sup>”.

O Portal “Mulher 500 anos atrás dos panos” detêm um notável acervo de pesquisa e documentação, enfocando temas de gênero, raça e etnia, ao qual prioriza a divulgação de biografias, imagens e estudos recentes. Lançado em 29 de julho de 1998, no Palácio do Itamaraty, o projeto teve início oficialmente com um evento que contou com a participação de destacados especialistas, incluindo antropólogos, historiadores e escritores. A apresentação do painel “O Papel das mulheres na construção do Brasil nos

---

<sup>4</sup> <http://www.mulher500.org.br/>

<sup>5</sup> <https://mulheresnahistoria5.webnode.page/>

<sup>6</sup> [protagonismofemininonahistoria.blogspot.com](http://protagonismofemininonahistoria.blogspot.com)

<sup>7</sup> <https://vermelhocarmim.minas.fiocruz.br/>

últimos 500 anos” foi apenas o começo de uma jornada que mobilizou mais de 700 pessoas de diversos segmentos da sociedade, e desde então, o projeto tem sido uma fonte importante de descobertas históricas, resgatando fatos e vozes que por muito tempo foram negligenciados pela historiografia oficial. Ao longo dos anos, a equipe do projeto, em colaboração com diversos parceiros, conseguiu revelar aspectos inéditos da história das mulheres no Brasil, lançando publicações importantes e promovendo iniciativas para ampliar o conhecimento e reconhecimento do papel das mulheres em nossa sociedade. O lançamento do Portal “Mulher 500 Anos” foi um passo adiante dessa missão, oferecendo uma plataforma virtual onde o público consegue acessar uma riqueza de informações e contribuir para a construção coletiva do conhecimento histórico, dispondo de ferramentas interativas e a oportunidade de enviar novas biografias e trajetórias.

No que tange o site "Mulheres na História", este foi criado no ano de 2018 por Viviane da Silva Moreira no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é uma ferramenta valiosa para professores e professoras explorarem aspectos como mulheres na história colonial, narrativas históricas e biografias. Além de oferecer materiais e suporte, o site convida os educadores a mergulharem na dissertação que o originou, destacando a importância de ampliar os diálogos sobre igualdade de gênero e outros temas. O site conta com diversas abas, como "Eixos Temáticos", "Narrativas", "Bibliografia de Mulheres", "Arquivos", entre outros, disponibilizando diversos recursos e conteúdos para acesso do público, tudo isso interligado para uma compreensão mais profunda e inclusiva do papel das mulheres na história brasileira.

Já o *blog* "O Protagonismo Feminino no Ensino de História", concebido pela professora Alcione Aparecida da Silva em 04 de junho de 2020, tem como propósito abordar e debater a participação das mulheres na história e no ensino dessa disciplina, com especial ênfase na contribuição historicamente eclipsada por mecanismos de invisibilidade tanto midiáticos quanto educacionais, que se perpetuam em uma sociedade marcada por estruturas segregacionistas. Sua criação ocorreu como parte integrante do processo de seleção para o Programa de Pós-Graduação em Mestrado em História Pública na UNESPAR - Campus Campo Mourão/Paraná. Desde então, o *blog*

tem sido desenvolvido de forma contínua, mantendo sua pertinência e contribuindo para a reflexão e o avanço dessas temáticas.

Por fim, o site “Vermelho Carmim: Uma História das Mineiras em Luta por seus Direitos”, lançado em 2023 pela Fiocruz, é uma plataforma que apresenta um acervo composto por fotos históricas, depoimentos em vídeo, crônicas escritas exclusivamente para o projeto e textos editados. Seu objetivo é resgatar e divulgar as experiências e memórias das mineiras envolvidas em movimentos feministas durante as décadas de 1970 e 1980, oferecendo uma visão abrangente das lutas e conquistas desse período. Além disso, o site inclui uma vídeo-peça intitulada "Vermelho Carmim – Fragmentos do Discurso Violento", dirigida por Pedro Paulo Cava, que aborda questões de violência de gênero e socialização masculina.

Através desses entendimentos é perceptível como o espaço virtual transcendeu as fronteiras do simples armazenamento de informações e tornou-se um santuário para as histórias das mulheres, um lugar onde a memória compartilhada ilumina o passado e guia o futuro, honrando e reconhecendo a presença essencial e muitas vezes ocultada das mulheres na tessitura da história da humanidade.

### **História Pública Digital, Feminismo e Rede Social**

Segundo Noiret (2015) a história pública digital representa a transformação fundamental na prática histórica, redefinindo não apenas como os historiadores documentam e acessam informações, mas também como armazenam, processam e interpretam dados. Essa mudança levou a comunidade acadêmica a questionar de forma crítica os novos instrumentos tecnológicos, já que a "virada digital" provocou incertezas e debates globais sobre o futuro da historiografia e das diversas maneiras de narrar o passado no formato digital, demandando a reescrita e a reinterpretação dos métodos profissionais e a maestria das novas práticas digitalizadas.

A transição para a história digital não se resume a adotar computadores e recursos digitais; trata-se de um profundo redimensionamento das práticas históricas anteriores, mantendo-se em continuidade com as tradições profissionais. Assim sendo, a

era da web 2.0<sup>8</sup> democratizou o acesso à documentação histórica, possibilitando interações diretas entre produtores e consumidores de história, remodelando as narrativas históricas para envolver ativamente um público mais amplo, às vezes mediado por historiadores profissionais (Noiret, 2015).

É evidente que esse contexto digital oferece inúmeras vantagens, sobretudo no compartilhamento e acesso às memórias, mas a este também é aludido como um terreno fértil para a propagação de desinformação, como as conhecidas *fakenews*<sup>9</sup>. Nesse âmbito, os historiadores desempenham um papel crucial ao fornecer um aporte documental sólido e verificável que resgata e preserva o legado feminino ao longo da história, ou seja, eles são os guardiões da autenticidade, navegando por vastos oceanos de informações para identificar, contextualizar e validar as contribuições das mulheres, oferecendo um contraponto fundamental às narrativas distorcidas ou excludentes que proliferam no ambiente digital. Esse aporte documental historiográfico valida a presença e a influência das mulheres na história, ao passo que também se torna uma fonte confiável e tangível para desafiar e desmistificar representações históricas enviesadas ou injustas.

Pautando-se nesse entendimento, Carvalho (2016) menciona que antes da era da internet e da ascensão das redes sociais, os historiadores nunca tiveram à disposição meios tão poderosos para alcançar um público tão vasto e diversificado como hoje:

A partir do momento em que o historiador lança mão das redes sociais para compartilhar o saber histórico produzido no âmbito acadêmico, ele possibilita ao grande público produzir críticas, elaborar falas e até mesmo contribuir para a construção continuada deste saber, afinal de contas, as redes sociais, mais do que meros pontos de difusão do conhecimento, permitem o diálogo, a interlocução, o contar histórias e “estórias”, permitem, inclusive, a descoberta de documentos históricos que dificilmente seriam encontrados por meio de pesquisas convencionais (Carvalho, 2016, p. 41).

Assim, a abordagem da história pública digital corrobora para a remissão de narrativas outrora marginalizadas, principalmente no contexto historiográfico feminino, mas é preciso lembrar novamente que esse impulso foi conduzido pela determinação das

---

<sup>8</sup> A Web 2.0 é a segunda geração de comunidades e serviços baseados na plataforma Web, onde a ideia é que o ambiente on-line se torne mais dinâmico e que os usuários colaborem para a organização desse conteúdo (MOREIRA, 2009, p. 8).

<sup>9</sup> *Fakenews* são notícias intencionalmente e verificadamente falsas que poderiam enganar os leitores (SERRA, 2018, p. 8).

mulheres em desafiar os papéis historicamente impostos, reconhecendo ativamente sua contribuição ao longo do tempo, e lutando para ter suas memórias compartilhadas.

Guimarães (2021) postula que enquanto suas vozes foram muitas vezes suprimidas, o crescente espaço e influência feminina na esfera digital têm proporcionado um ambiente mais igualitário para explorar e reconstruir suas histórias, pois o “digital” tem se destacado como um terreno propício à revisitação histórica, permitindo a análise, celebração e preservação justa e inclusiva das contribuições femininas.

Ao investigar o impacto das mulheres na construção da memória compartilhada, a história pública digital promove uma reinterpretação das narrativas históricas, enfatizando a agência feminina. Mulheres, há muito relegadas a papéis secundários na história oficial, estão sendo agora lembradas e homenageadas por suas contribuições, uma vez que o ambiente digital atual oferece plataformas para resgatar essas histórias, concedendo merecida visibilidade e reconhecimento àquelas que desafiaram normas sociais e contribuíram significativamente para a sociedade, mas cujas vozes foram silenciadas no passado.

No atual cenário tecnológico digital, as redes sociais são consideradas como veículo de disseminação de informações, e quando utilizadas de maneira eficaz, elas têm o potencial de amplificar e divulgar a história de diversas personalidades femininas que desempenharam papéis significativos ao longo da trajetória histórica. Segundo dados da DataReportal (2023) entre as plataformas mais utilizadas no Brasil, destaca-se o Instagram, com uma base de usuários estimada em 113,5 milhões em 2023.

Dentro do espectro dessa rede social, existe uma página intitulada "Mulheres na História<sup>10</sup>", cujo propósito é “publicizar” relatos e memórias de mulheres notáveis, tais como Bertha Maria Julia Lutz, Carolina Maria de Jesus, Helen Keller, Lélia Gonzalez, Marie Curie, Angela Davis, entre outras. Essa página funciona como um meio de dar visibilidade e reconhecimento a essas personalidades femininas que deixaram marcas importantes em diferentes áreas e períodos históricos.

Logo, evidencia-se que através da utilização estratégica das redes sociais, em particular do Instagram, é possível democratizar o acesso a narrativas históricas que por

---

<sup>10</sup><https://www.instagram.com/mulheresnahistoria/>

vezes foram marginalizadas ou negligenciadas, visto que através do entendimento de Ferreira (2015) ao adentrarmos a plataforma digital, expandimos para além do nosso quarto, o epicentro das nossas operações online, criando um ambiente de potencial e flexibilidade. Um simples quarto com um computador conectado à rede pode se transformar em ferramentas de trabalho, resistência e subversão.

Contudo, é válido destacar que embora as redes sociais tenham ampliado o acesso e a disseminação de memórias femininas, é necessário e igualmente importante reconhecer que esses espaços digitais não estão livres de preconceitos estruturais, como é o caso do racismo algorítmico. Os algoritmos que organizam o que vemos em nossas timelines muitas vezes refletem e perpetuam desigualdades raciais e de classe (Silva, 2022), favorecendo a visibilidade de certas narrativas femininas em detrimento de outras. Assim, mulheres negras, indígenas, ou de classes sociais mais baixas continuam a ser sub-representadas, levantando diversos questionamentos de quais histórias, de fato, estão sendo contadas e quem, realmente, está sendo ouvido nesse novo espaço digital.

### **Considerações Finais**

Ao revisitar a historiografia dos movimentos feministas é possível perceber que a periodização por ondas simplifica a diversidade do movimento, especialmente em contextos não ocidentais. Assim, a proposta de uma abordagem por "marcos históricos" reconhece o feminismo como um processo contínuo, que integra diversas vozes e experiências, contribuindo para a construção de uma memória mais inclusiva e representativa das lutas femininas ao longo do tempo.

A memória pode ser um instrumento tanto de liberdade quanto de domínio por parte de determinados grupos. Logo, valorizar a democratização da memória compartilhada é necessário para que ela não se torne um instrumento de controle, mas sim uma fonte de emancipação, pois à medida que as mulheres conquistam mais liberdade para descobrir sua própria história e papel além dos estereótipos tradicionais de procriação e tarefas domésticas, sua visão e contribuição reconfiguram significativamente a estrutura da sociedade.

Apesar da inexistência de uma sociedade plenamente justa e equitativa, com a dissolução da hierarquização entre os gêneros, a inclusão da memória compartilhada

adentrou um novo espectro, possibilitando a preservação de vozes femininas outrora silenciadas. Esta evolução tem propiciado uma maior frequência de relatos sobre o papel das mulheres na ciência, na história, na mídia e na esfera política.

Ao examinar as transformações históricas, surge a percepção das mudanças no emprego da memória compartilhada na contemporaneidade, bem como, seu impacto no jogo de poder e na dinâmica social. Assim, essa memória desempenha um papel fundamental como sustentáculo social, propiciando a inclusão das mulheres e novas interpretações das experiências vividas por elas ao longo da história.

Estudos nesse sentido facilitam a democratização e diversificação, viabilizando a coletivização dos eventos, além de promover também a reconstrução da história, outrora tida como oficial e original, imbuída do discurso dos detentores do poder e, por conseguinte, dos “vitoriosos”, perpetuando a perspectiva dos dominantes. Mas é preciso lembrar que ainda existe um longo caminho a percorrer, visto que no âmbito digital também é evidenciado o racismo algorítmico, sendo assim, a luta é constante.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, I. C. *Feminismo entre ondas: Mulheres, PCB e políticas do Brasil*. Universidade Federal Fluminense, 2020.
- ASSMANN, A. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BAIROS, L. *Nossos feminismos revisitados*. Estudos feministas, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BENJAMIM, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLAY, E. A. *8 de março: conquistas e controvérsias*. Rev. Estud. Fem. [online]. 2001, vol.9, n.2, p. 601-607.
- BRUNI, J. C. *O presente: ontem e hoje*. Interações: Cultura e Comunidade. Vol. 1, nº 1, 2006.
- CARVALHO, B. L. P. *História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo*. Revista Transversos, 2016.

- CASTRO, P. R. de. *As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas*. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 459-469, set./dez. 2020.
- CRUZ, L. A. *Crítica epistemológica do feminismo*. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas. Programa de pós-graduação em políticas públicas da Universidade Federal do Maranhão, p. 1-14, 2007.
- DATAREPORTAL. *Digital 2023: Brasil. 2023*. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>. Acesso em: 30 de dez. 2023.
- DUARTE, C. L. *Feminismo e literatura no Brasil*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003.
- FERREIRA, C. B. C. *Feminismo Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo*. Cadernos Pagu, 2015.
- GUIMARÃES, A. S. *“Elas precisam entrar no circuito também”*: feminismo, idadismo e cultura digital. Niterói, 2021.
- GUIMARÃES, M. F. *Trajetória dos feminismos: introdução a abordagem de gênero*. In: CASTILLO-MARTÍN, M.; OLIVEIRA, S. Marcadas a ferro. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 77-92, 2005.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HEMMINGS, C. *Contando estórias feministas*. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 296, 2009.
- LERNER, G. *A criação do patriarcado*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista*. Petrópolis: vozes, 6ª Ed., 179 p., 1997.
- MOREIRA, D. R. *Um estudo da tecnologia Web 2.0*. Projeto Final de Curso (Bacharelado) Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Curso de Bacharelado em Ciência da Computação, 2009.
- MULHER 500 ANOS ATRÁS DOS PANOS. *O projeto*. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/>. Acesso em: 22 de dez. 2023.
- MULHERES NA HISTÓRIA. *Apresentação*. Disponível em: <https://mulheresnahistoria5.webnode.page/>. Acesso em: 22 de dez. 2023.

- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. *Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política*. Psicologia em estudo, Maringá, v. 11, n. 3, 2006.
- NOIRET, S. *História Pública Digital*. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 28-51, maio 2015.
- O PROTAGONISMO FEMININO NO ENSINO DE HISTÓRIA. Disponível em: [protagonismofemininonahistoria.blogspot.com](http://protagonismofemininonahistoria.blogspot.com). Acesso em: 22 de dez. 2023.
- OLIVEIRA, S. R.; GAMA, M. S. B. *Arquivos on-line e fontes históricas para o ensino de história das mulheres*. In: Ana Carolina Eiras Coelho; Jaqueline Ap. M. Zarbato. (Org.). 1ed. Campo Grande-MS: Life Editora, 2019, v., p. 79-98.
- PEREZ, O. C.; RICOLDI, A. M. *A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva*. In: Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), 10, Monterrey, Nuevo León, México, 2019.
- PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINTO, C. *Feminismo, história e poder*. Revista de Sociologia e Política, vol. 18, n. 36, pp. 15-23, 2010.
- PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, M. *As Mulheres na Historiografia Brasileira*. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- ROVAI, M. G. O.; MONTEIRO, L. N. (org). *Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais: um guia para o Ensino de História*. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2021.
- SANTOS, M. G. *Os feminismos e suas ondas*. Cult, n. 219 (Dossiê A Quarta Onda do Feminismo), dez./2016.
- SILVA, C. E. *Os feminismos emergentes na década de 70 no Brasil*. História e Cultura, Franca, v. 7, n. 1, p.181-203, 2018.
- SILVA, J. P. A.; CARMO, V. M.; RAMOS, G. B. J. R. *As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas*. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva, 2021.

SILVA, R. C. e; PEDRO, J. M. *Sufrágio à brasileira: uma leitura Pós-Colonial do Feminismo no século*. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, v. 29, n. 2, p. 1981-3082, 2016.

SILVA, T. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

SIQUEIRA, C. B. de; BUSSINGUER, E. C. de A. *As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher*. Revista Thesis Juris–RTJ, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2020.

SWAIN, T. N. *Desigualdade na diferença: a construção política dos corpos e das identidades sexuadas*. Revista Maracanan, 2014.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VERMELHO CARMIM – UMA HISTÓRIA DAS MINEIRAS EM LUTAS POR SEUS DIREITOS. *O projeto*. Disponível em: <https://vermelhocarmim.minas.fiocruz.br/>. Acesso em: 24 de mai. 2024.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution – Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 26/06/2024  
Aprovado em: 01/10/2024